

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre as principais relações existentes entre aeroportos e espaço urbano, partindo da idéia de que aeroportos podem significar mais do que simples terminais do transporte aéreo e promover o crescimento e desenvolvimento para as cidades onde são implantados, como também gerar impactos ambientais. A pesquisa pretendeu investigar as possíveis influências do aeroporto no espaço construído e as interferências mútuas entre operações aéreas e a vida nas cidades. Para tanto além de estudar as diversas maneiras pelas quais o aeroporto atende e representa interesses de vários sistemas de produção e circulação de mercadorias, e também de pessoas ligadas à produção e ao consumo. Procurou-se situar o transporte aéreo dentro dos sistemas de transporte e logística e a cidade de São José dos Campos nos sistemas urbanos no Brasil, com enfoque no estado de São Paulo e na região do Vale do Paraíba. Com a intensificação da urbanização brasileira as questões referentes aos impactos das operações aéreas sobre as comunidades passaram a ser mais relevantes. Dentre estes impactos o ruído aeronáutico e a segurança são objetos de legislação restritiva do uso do solo de cidades. Neste sentido, este estudo apresenta uma análise crítica da aplicação desta legislação na cidade de São José dos Campos. Para possibilitar esta análise foi criado um banco de dados georreferenciado onde foram inseridos, dentre outros, dados sobre o crescimento da cidade em relação ao aeroporto, a legislação de zoneamento e identificados os principais usos existentes na área de entorno abrangida pelos Planos de Zona de Proteção, de Zoneamento de Ruído do Aeroporto de São José dos Campos e Área de Segurança Aeroportuária. A aplicação da legislação aeronáutica, os rumos do Aeroporto de São José dos Campos e o enfrentamento das questões relativas às relações entre o aeroporto e a cidade foram discutidos como subsídios aos permanentes desafios enfrentados pela sociedade e pelas autoridades responsáveis do município e das instâncias regionais estaduais e federais.